

# SAÚDE ALÉM DAS FRONTEIRAS: ABORDANDO DESAFIOS NO ACESSO E ENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO PARA A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO

*Milton Luis Barreto Vieira<sup>1</sup>*  
*Davi Augusto dos Santos Soares<sup>2</sup>*  
*Jamille Maria de Araujo Figueiredo<sup>3</sup>*

## RESUMO

A realidade da população transgênero é marcada por violências que vão além da agressão física: abuso psicológico, deslegitimação da identidade entre outros. Inclusive, sendo presente até mesmo em serviços de saúde, públicos e privados. Este trabalho constitui um segmento de pesquisa dentro de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma revisão sistemática da literatura feita a partir das bases de dados SciELO, LILACS e PEPsic, com um período entre os anos de 2017 a 2022. O tópico abordado é o acesso à saúde pela população T, bem como o papel desempenhado pela psicologia em relação a essa questão. Apresento os resultados e implicações de uma das categorias temáticas desenvolvidas, intitulada “As barreiras de acesso à saúde enfrentadas pela população T”. Os principais resultados obtidos destacam uma falta de capacitação por parte dos profissionais de saúde para lidar adequadamente com a população transgênero. Isso inclui não só a falta de entendimento das necessidades específicas dessas pessoas, mas também a dificuldade em fornecer cuidados sensíveis à identidade de gênero, o que, por sua vez, desencoraja muitos indivíduos a procurarem ou continuarem os serviços de saúde disponíveis. Além disso, a pesquisa identificou outras barreiras que impactam o acesso à saúde pública para a população transgênero. Isso inclui burocracia significativa para acessar processos de transição de gênero, ausência de serviços especializados em áreas geográficas onde essa população está localizada e a

1 Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT, miltonluis11@gmail.com;

2 Graduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT, daviAugusto\_soares@hotmail.com;

3 Professora e orientadora: Doutoranda, Universidade Federal de Sergipe - UFS, jamille\_maria@unit.br;

experiência frequente de discriminação. Diante dessas realidades, também abordamos o papel fundamental que os profissionais de psicologia podem desempenhar.

**Palavras-chave:** Acesso à saúde, População transgênero, Psicologia, Barreiras de acesso, Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

Pessoas trans e travestis se encontram na ponta da lança das discriminações praticadas no Brasil contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer/Questionado, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais (LGBTQIAP+). Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), no ano de 2018, foram registrados mais de 170 assassinatos de membros dessa população, o que indica um aumento significativo da violência, no contexto brasileiro, para com ela (BRASIL, 2018).

Dessa forma, a realidade da população Trans e Travesti (população T) é marcada por muito preconceito e violências que vão muito além da agressão física: abuso psicológico, deslegitimação da identidade, ferimento da dignidade entre outros. Inclusive, sendo presente até mesmo em serviços de saúde, públicos e privados. No que se refere aos serviços públicos, contraditoriamente essa realidade acontece em um país que através do seu Sistema Único de Saúde (SUS) e suas diretrizes, prevê em lei o respeito ao atendimento, sobretudo equitativo e humanizado (BAIROS, 2020).

Ademais, o conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), traz uma perspectiva ampla acerca desse processo, incluindo dimensões como bem-estar físico, mental e social e, portanto, inatingível para essa população tão vulnerável socialmente. Diante desse contexto, mesmo sendo um direito, observa-se a presença de barreiras de acesso aos serviços de saúde pública para as pessoas trans e travestis (CRUZ et al., 2021).

Essas barreiras representam um afastamento do usuário do serviço de saúde, isso acontece em grande parte porque o contexto em que a população T está envolvida não é compreendido, de forma que muitos profissionais não compreendem do que se trata a transidentidade. Antes mesmo de entender do que se trata essa, é preciso falar sobre gênero, diversidade e sexualidades, compreendendo alguns conceitos que envolvem essas temáticas. O primeiro deles é sexo biológico, ou seja, geralmente um médico, atribui aquele sujeito que nasceu um sexo, masculino ou feminino através de sua genitália (STONA, 2018).

O segundo conceito é o de identidade de gênero, que diz respeito a como o indivíduo se identifica em relação à ideia de feminino, masculino, ou além destes, o que ocorre independente de características anatômicas e fisiológicas. Dentro das inúmeras possibilidades da identidade de gênero, existe a cisgeneridade que condiz com um reconhecimento do sujeito com o sexo que lhe foi designado ou a transgeneridade que condiz com o não reconhecimento do sujeito com o sexo que lhe foi atribuído. O terceiro conceito diz respeito à orientação sexual, sendo

essa a forma afetiva sexual para quem o sujeito possui desejo. O quarto conceito é expressão de gênero, que se resume à forma como o sujeito apresenta seu gênero para a sociedade, que pode ocorrer de inúmeros jeitos e formas. Por último, existem as práticas sexuais, sendo maneiras de o sujeito colocar em ação seus desejos e fantasias sexuais (STONA, 2018).

Na lógica da identidade de gênero é possível perceber a exclusão social de outras formas de vida que não se identificam dentro do pensamento biológico e binário que funda a identidade de gênero homem-mulher. Os corpos trans e intersex estão localizados nesse outro lado, o marginalizado e excluído. Para contradizer as normas, surgem as discussões em torno do sujeito pós-moderno, que não possui identidade fixa e imutável, mas identidades que vão sendo definidas historicamente, deixando de lado o lado biológico, se formando a partir das relações do sujeito com os sistemas culturais. Sendo assim, invés de falar sobre identidade dos indivíduos, falar sobre os processos de identificação do sujeito (GRUBBA, 2020).

A lei, de acordo com o art.196 da Constituição Federal de 1988, afirma que a saúde é direito de todos e dever do estado, um direito que deveria garantir um acesso igualitário, universal aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, mas na prática não é o que ocorre para a população T. Por conta das especificidades, singularidades e demandas específicas da população T, os serviços de saúde nem sempre conseguem reparar os determinantes sociais que interferem o processo saúde-doença (ROCON et al., 2020).

Existe um marco para o acesso aos serviços de saúde dessa população, conhecida como Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais criada pelo o SUS, e também o Processo Transsexualizador do SUS em 2008, sendo ampliado em 2013, passando a incorporar homens trans e travestis como usuários do processo transsexualizador. Ademais, em 2009 foi publicada a portaria n. 1820, nomeada Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, que preza pelo atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação, garantindo o direito à autoidentificação e ao uso do nome social (MONTEIRO; BRIDGEIRO; BARBOSA, 2019).

O acesso igualitário, garantido por lei, muitas vezes não ocorre por que essa população evita procurar os serviços de saúde pelo histórico de discriminação e preconceito, também por que os serviços que eles precisam não são ofertados da maneira correta. Os profissionais da saúde não estão preparados para atender essas pessoas e acabam invalidando sua existência, o que deixa mais complexa a noção de vulnerabilidades as quais a população T é exposta (PORCINO; COELHO; OLIVEIRA; 2018).

As pesquisas nacionais indicam que há hostilidade nos atendimentos, é apontada também ausência de exames físicos, dificuldade de compreensão de orientações médicas, e de maneira gritante o não respeito do nome social. Essa realidade corresponde não somente aos direitos que são garantidos por lei e não são respeitados na prática, mas também aponta a falta de preparo da equipe de saúde para lidar com a população T e suas demandas. As necessidades de saúde dessa população são invisibilizadas, em parte por falta de informação, mas muitas vezes por ignorância e relutância em não modificar suas visões normativas (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA 2019).

A realidade dessa população faz com que muitas pessoas travestis e trans não utilizam os serviços disponibilizados na atenção primária, de caráter preventivo, culminando em um acesso aos serviços apenas quando as condições já se tornaram mais complexas e casos de urgência, indo para hospitais. Isso prejudica a população T como um todo e também o sistema de saúde, pois vários problemas poderiam ser resolvidos de maneira preventiva na própria unidade básica de saúde, se fosse ofertado um serviço humanizado para essa comunidade (PORCINO; COELHO; OLIVEIRA, 2019).

A discriminação que a população T sofre normalmente está associada à exclusão social, a baixa escolaridade e dificuldades de entrada no mercado de trabalho, o que acaba sendo um dos motivos que leva uma pessoa trans e travesti a entrar no mercado sexual. Para um indivíduo dessa comunidade, ter a oportunidade de sair desse local em que está exposto a diversas vulnerabilidades é extremamente difícil, é lutar contra uma sociedade que tenta te anular, não te oferece chances de crescer e não te permite ser quem você é (JESUS; PHILIPP, 2019).

Pessoas trans e travestis apresentam índices elevados de HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (IST) quando comparadas com o resto da população. Além disso, elas podem estar expostas a uma combinação de fatores de riscos como condições socioeconômicas adversas, transformações corporais sem assistência médica, relações sexuais de risco, além do estigma e da violência (transfobia) (COSTA, 2018).

Considerando as nuances que envolvem a identidade de gênero e os estigmas presentes na sociedade acerca da população T, é necessário que os profissionais da saúde compreendam as especificidades e demandas dessa comunidade, assim como o contexto em que eles estão inseridos. Não é comum os cursos de saúde abordarem em seus currículos, matérias ou módulos referentes à saúde da população LGBTQIAP+, no entanto seria extremamente útil para que os profissionais entendam a realidade dessa comunidade e que tipo de auxílio eles necessitam (ROSA et al., 2019).

A psicologia, enquanto área da saúde mental, trabalha com o indivíduo e suas demandas, procurando considerar sua subjetividade e individualidade, sendo assim os profissionais dessa área são essenciais no cuidado para com a população T. Para que psicólogos possam auxiliar nesse cuidado amplo e integral eles precisam lutar contra a patologização da transidentidade, isso que é defendido pelo Conselho Federal de Psicologia que em 2013 explicita que a assistência psicológica não deve se orientar em modelos patologizantes. Em 2018, também foi lançada a resolução n.01/2018 28 que orienta o trabalho desses profissionais em relação a pessoas trans e travestis (PEREIRA; CHAZAN, 2019).

A área da psicologia foi formada historicamente para explicar, classificar e analisar aqueles considerados “desviantes”, a partir de uma sociedade pautada na branquitude e na cisheteronormatividade. Ao construir teorias a partir de um sujeito universal, este que está dentro desses moldes, ou seja, cisgênero, branco e heterossexuais, a psicologia estaria considerando outras vivências e identidades como “anormais”, invisibilizando tanto em campo teórico quanto na prática. A psicologia hoje, tem o papel de auxiliar os indivíduos trans e as travestis nas suas vivências, existências e resistências, tanto como uma forma de reparação histórica, mas também com a noção que seu papel está focado no auxílio ao sujeito de viver plenamente sua subjetividade e individualidade (PREU; BRITO, 2018).

As necessidades de saúde das pessoas trans vão além do processo transexualizador, de hormônios e exames de rotina. Viver dignamente, serem respeitados diante de sua transidentidade e acolhidos diante de suas vivências e relações também são tão importantes quanto. Nos campos psi (Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise) a despatologização trans é uma pauta em disputa, porém segue sendo desconsiderados todos os fatores sócio-históricos e os pequenos avanços que nossa geração já pode vivenciar, devido às lutas intensas de várias gerações trans. A luta continua sempre buscando alcançar a vida plena, reconhecimento e acesso aos direitos básicos (VIEIRA et al., 2019).

O objetivo geral deste estudo foi investigar as barreiras de acesso aos serviços de saúde pública enfrentadas pela população trans e travesti, bem como as possibilidades de atuação do psicólogo no processo de garantia da acessibilidade no contexto da assistência à saúde. Os objetivos específicos foram: a) Apresentar uma síntese da literatura científica brasileira emergente nas principais bases de dados acerca do acesso à assistência à saúde da população T; b) Descrever quais as especificidades da população T no que se refere à assistência à saúde; c) Compreender como se configuram as barreiras de acesso à assistência à saúde para a população T; d) Discorrer acerca do papel do Psicólogo, quanto ao acesso à assistência à saúde da população T.

## METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura acerca das questões que permeiam o acesso a saúde e as especificidades de saúde das pessoas trans e travestis no território brasileiro bem como o papel do Psicólogo frente esta demanda. Esse tipo de revisão é uma metodologia que possibilita potencializar o poder de uma busca, mapeando o maior número possível de resultados de forma ordenada. Passando por uma série de etapas, seu produto final não é um simples trabalho científico cronológico e descritivo e sim um trabalho que abarca questões reflexivas e críticas em relação ao tema analisado (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014). Assim, a presente revisão foi realizada mediante a seguinte pergunta norteadora: *Como a literatura científica brasileira aborda o acesso à saúde da população T, bem como o papel do Psicólogo frente a esta demanda?*

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os resultados bibliométricos da amostra do presente estudo foi possível constatar informações que são de extrema importância sobre a produção de ciência do tema em questão. Em relação a metodologia evidencia-se a ausência de estudos com a metodologia quantitativa tendo um foco apenas na metodologia qualitativa. Enquanto a metodologia qualitativa foca na análise de microprocessos através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados a quantitativa tem o objetivo de testar a hipótese podendo ser replicada posteriormente em outras regiões. Ambas metodologias são fundamentais e possuem objetivos diferentes, em tema tão importante e vasto como o acesso à saúde da população T é preciso ter estudos empíricos qualitativos e quantitativos para o tema avance em termos científicos. Dessa forma podemos verificar que pela falta dos estudos quantitativos ele apresenta uma evidência científica frágil (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014).

Ainda sobre os resultados bibliométricos da amostra do presente estudo, foi possível verificar que em todas as regiões houve produções de artigos científicos no tema. Em um período de 5 anos, a região sudeste teve a maior produção de estudos científicos com 10 artigos, enquanto a região norte teve a menor produção com 1 artigo. A partir disso, podemos perceber que há uma lacuna na diversidade científica do acesso a saúde de pessoas trans e travestis relacionada as diferentes regiões do Brasil. É necessário ressaltar que mesmo pertencendo ao mesmo País, cada região brasileira possui questões geográficas específicas que podem interferir no acesso a saúde dessa população de forma singular. Essa condição pode

acarretar em um atraso de criações de soluções efetivas, que são desenvolvidas através de estudos científicos, destinadas a erradicar barreiras de saúde e principalmente as geográficas, que a população T de uma determinada região pode enfrentar (CORTES et al., 2021; RODRIGUES; LEMOS; FIGUEIREDO, 2020)

Acerca dos resultados encontrados, é possível afirmar que existe uma invisibilidade da transexualidade, mesmo com avanços de movimentos sociais, e leis de garantia de acesso dessa população aos serviços de saúde. Essa que ocorre em níveis acadêmicos, no cuidado à saúde e em nível social. As universidades, por exemplo, não disponibilizam nos currículos ou em práticas integrativas questões relacionadas à saúde cuidado e especificidades da população T, o que leva os profissionais a se formarem sem informações básicas a respeito dessas pessoas, fazendo eles acreditarem que podem tratar trans e travestis como pessoas cis. Essa conjuntura gera discriminação nos serviços de saúde, onde o nome social não é respeitado, e as demandas específicas da população T não são compreendidas criando a sensação de barreiras de acesso para essa população em específico (SILVA et al., 2020).

Um aspecto abordado nos artigos é que, esse espaço dos serviços de saúde, que deveria ter uma simbologia de recuperação, acolhimento e cuidado, se transformam em um local constrangedor, violento e desrespeitoso. As consequências surgem, colocando em risco à saúde dessa população, que evita ou deixa de procurar os serviços de saúde em todos os níveis, passa a recorrer à automedicação, procedimentos clandestinos, evasão de seus tratamentos, o que se torna um perigo considerando os altos níveis de vulnerabilidade social em que a na população T se encontra no território brasileiro construindo para um adoecimento físico e mental (RODRIGUES; LEMOS; FIGUEIREDO, 2020).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 196, afirma que saúde é direito de todos e dever do estado, mas no Brasil o que se observa é a negligência na oferta de serviços específicos como também no atendimento para as pessoas trans e travestis. É apontado nos resultados a dificuldade que a população T tem na procura aos serviços que necessitam, isso ocorre em nível geográfico, pela falta de oferta ou ausência de profissionais, assim como pela falta de insumos necessários para que essas pessoas possam se cuidar. Por mais que o processo transexualizador seja garantido pelo SUS, o que ocorre na prática é o excesso de burocracia para acessá-lo e a falta de cuidado integral e humanizado para essa comunidade, pois não é o processo transexualizador o único foco de sua procura aos serviços de saúde (ALÓS, 2021; THOMAZI; AVILA; TEIXEIRA, 2022).

A existência e as vivências das pessoas trans e travestis são deslegitimadas, até por aqueles que deveriam cumprir seu dever de cuidar de sua saúde

e bem-estar. Em uma pesquisa empírica com a população T, quando questionados sobre o auxílio do profissional da psicologia, alguns relatam que o contato com eles só piorou a situação, o que os afastou do processo transexualizador (CAZEIRO et al., 2022). Apesar de ter sido encontrado um relato sobre o auxílio do Psicólogo com a população T no âmbito de serviços de saúde pública em um estudo da amostra, não foi possível criar uma categoria destinada ao tema devido à ausência de produção científica de estudos empíricos brasileiros acerca do papel da psicologia diante ao acesso à saúde da população T de uma maneira integral.

Levando em consideração o exposto, pode-se apontar a importância para o desenvolvimento de estudos empíricos relacionados a atuação do psicólogo frente a demanda da população T no acesso a saúde. Com conteúdos científicos como esses, é possível ter modelos baseados em evidencia científica que servem de base para orientações profissionais e formação acadêmica de novos psicólogos fazendo com que os mesmos desenvolvam habilidades de articular e produzir saberes que potencializam e que reconhecem outros modos de existir valorizando a diversidade contribuindo para práticas profissionais despatologizantes destinadas aos corpos trans e travestis existentes na sociedade (SOUZA; BERNARDES, 2020; VIEIRA et al., 2019)

A presença de um psicólogo, que prima e reconhece aquilo que é individual do ser humano, nas diversas instituições de saúde pública pode mudar a forma como aquele segmento acolhe a população T. O mesmo desenvolve seu trabalho colocando as especificidades da presente população dentro dos debates de acessibilidade a saúde fazendo com os demais profissionais tomem conhecimento delas (PAULINO; MACHIN; VALERO, 2020; SOUZA; BERNARDES, 2020). Além disso, diante da realidade vulnerabilidade social da população T, o psicólogo pode auxiliar de outras maneiras como na compreensão de vivências transexuais por meio de reflexões psicológicas, auxílio na manifestação de gênero e da individualidade nos contextos em que cada um pode estar inserido contribuindo assim para a qualidade de vida e bem estar dessa população (SOUZA; IRIART, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere às potencialidades deste estudo, houve a possibilidade de reunir dados importantes sobre necessidades da população T que precisam ser urgentemente atendidas em serviços ou estabelecimentos que respeitem sua integralidade como indivíduo e a ausência da abordagem desse tema em formações acadêmicas dos cursos de saúde. Dessa forma, pode-se evidenciar que o investimento financeiro em construções de instituições de saúde pública que

sejam especializados nas demandas sociais e de saúde de uma determinada população como Ambulatório Trans é um fator que pode contribuir para a diminuição das barreiras de acesso que essa população enfrenta nos dias atuais. Destaca-se ainda a importância da revisão dos currículos acadêmicos dos cursos de graduação da área da saúde com intuito de abranger a pluralidade de corpos existentes na sociedade.

Em relação às limitações do presente estudo, nota-se que as publicações brasileiras relacionadas ao tema do presente estudo apresentam uma ausência de estudos quantitativos, o que mostra que o território brasileiro necessita de um processo de amadurecimento científico sobre o debate do acesso à saúde da população T para superar a fragilidade de evidência científica. Assim, não foi possível trazer evidência científica a partir dos testes de hipóteses, assim como estudos longitudinais. Além disso, pode ser evidenciada a inexistência de resultados empíricos sobre o papel da psicologia perante o tema em questão já que não foi possível encontrar estudos empíricos brasileiros para realizar uma análise temática sobre.

A partir dessa perspectiva, faz-se necessária a continuidade de estudos sobre esse enfoque nas diversas regiões brasileiras para que seja possível viabilizar as possíveis realidades de acesso à saúde que pessoas trans e travestis podem experimentar neste país facilitando assim a elaboração de soluções sociais para os possíveis problemas. Sugere-se que estudos posteriores realizem pesquisas com enfoque do papel da psicologia perante o acesso à saúde da população T para contribuir com a orientação de profissionais da área quanto ações que podem ser feitas para garantir um acesso digno à saúde para pessoas trans e travestis.

## REFERÊNCIAS

ALÓS, A. P. Transitoriedades, transgeneridades, transidentidades: representação e autoria trans na narrativa brasileira. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 23, n. 44, p. 9-23, set.-dez., 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbl-c/a/yyGmYQyR7JqBhxrzyX5DrC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em abr. 2022.

BAIROS, C. A. Saúde pública e transexualidade. **Anuário Pesquisa e Extensão Unesco São Miguel do Oeste**. v. 5. n.7. pg.92-117. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/24363>. Acesso em: jun. 2022.

BRASIL. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. ANTRA. Mapa dos Assassinatos, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/> . Acesso em: abr. 2022.

CAZEIRO, F.; GALINDO, D.; SOUZA, L. L.; GUIMARAES, R. S. Processo transexualizador no SUS: questões para a psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização. *Psicologia em estudo*. V. 27. 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pe/a/d7GVRkqtBxmDd7PvywDBhpc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

CORTES, H. M.; CARNEVALLI, L. M.; ARAUJO, L. M. P; PINHO, P. H. O (des) acesso de pessoas transgêneras aos serviços de saúde no recôncavo Baiano. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v. 6, n. 4, p. 159–180, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/36104>. Acesso em: 4 jun. 2022.

COSTA, A. B. Necessidades e barreiras para o acesso aos cuidadores relativos ao HIV de pessoas trans no Brasil: Dimensões sociais e políticas da prevenção. Rio Grande do Sul. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. 2018.

CRUZ, L. C.; ABREU, D. D.; VIRGENS, G. S.; VALE, J. S. Diálogos Contemporâneos: Gênero e Sexualidade na Pandemia: Vulnerabilidade da população trans no acesso à atenção à saúde: contexto pandêmico. Editora Expressão Feminista: São Luís, Maranhão. 2021.

FERREIRA, B. O.; NASCIMENTO, E. F.; PEDROSA, J. I. S.; MONTE, L. M. I. Vivências de travestis no acesso ao SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Pg. 1023-1038. 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/physis/2017.v27n4/1023-1038/pt/>>. Acesso em: abr. 2022.

GOMES, D. F.; TEIXEIRA, E. R.; SAUTHIER, M.; PAES, G. O. Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. *Escola Anna Nery*. 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ean/a/99rf9ytfQXxmXY-WLF8JQx4k/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

GRUBBA, L. S. Corpos trans, identidade e performatividade de gênero: uma análise discursiva sobre a naturalidade da identidade... *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*. v. 16, n. 2, p. 18-32. 2020. Disponível em: < <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/6380>>. Acesso em: abr. 2022.

HANAUER, O. F. D.; HEMMI, A. P. A. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro. V. 43. N. Especial 8, p. 91-106. Dez 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43nspe8/91-106/>>. Acesso em: abr. 2022.

HERNANDEZ, J. G.; JUNIOR, A. L. S.; CARRARA, S.; BALDANZI, A. C. O.; UZIEL, A. P. Saúde de travestis e pessoas trans no Rio de Janeiro e Região Metropolitana: estratégias e condições de acesso. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. N. 38. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sess/a/JYPZ67FjdPvLyCVYXCCcjpg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

JANINI, J. P.; SANTOS, R. S.; VARGENS, O. M. C.; ARAUJO, L. M. A medicalização e patologização na perspectiva das mulheres transexuais: acessibilidade ou exclusão social. *Revista de Enfermagem UFRJ*. V. 25. 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/29009>>. Acesso em: abr. 2022.

JESUS, N. N.; PHILIPP, R. M. R. As dificuldades do acesso a promoção de saúde sexual no sus pelas mulheres trans e travestis. 4ª Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Pernambuco. 2019.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. **Manual de produção científica**. 1. Ed. São Paulo: Penso. 2014, 188 pg.

LOVISON, R.; ASCARI, T. M.; ZOCHE, D. A. A.; DURAND, M. K.; ASCARI, R. A. Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde. *Emf. Foco*. V. 10. N. 5. 2019. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2370>>. Acesso em: abr. 2022.

MATTOS, M. H.; ZAMBENEDETTI, G. Itinerários terapêuticos de homens trans em transição de gênero. *Psicologia & Sociedade*. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/m7mmzqNwBNZthWqtt3wLmDd/>>. Acesso em: abr. 2022.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiência de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 16, n. 6, p. 21-42 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/7Smzr-3QL4tfvwZvqyKtysgt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R. M. Saúde e direitos da população trans. *Cadernos de Saúde Pública*. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/4zwYRtVyMvVkhTKBhWbnTKz/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.

MORAES, A. N. D.; SILVA, G. S. N. Travestis e o cuidado humanizado em saúde. *Rev. abordagem gestalt.*, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 175-187, ago. 2020. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672020000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000200006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em: jun. 2022. <http://dx.doi.org/10.18065/2020v26n2.5>

MOTA, M.; SANTANA, A. D. S.; SILVA, L. R.; MELO, L. P. “Clara, esta sou eu!” Nome, acesso à saúde e sofrimento social entre pessoas transgênero. *Interface- Comunicação, Saúde e Educação*. 2022. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/icse/2022.v26/e210017/pt/>>. Acesso em: abr. 2022.

NOGUEIRA, F. J. S.; LEITÃO, E. S. F.; SILVA, E. C. S. Interseccionalidades na experiência de pessoas trans nos serviços de saúde. *Revista Psicologia e Saúde*. V. 13. N.3. Campo Grande. Jul/set. 2021. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2021000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2021000300004)>. Acesso em: abr. 2022.

OLIVEIRA, G. S. et al. O vivido de mulheres trans ou travestis no acesso aos serviços públicos de saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/nTprMxSFmkwk4CsxJYSH3jr/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2022.